

APRESENTAÇÃO

O CICLO DOS GOVERNOS DO PT E O COMPROMISSO DE CLASSES SOCIAIS

Francisco Farias¹

Octávio F. Del Passo²

Veronica Monachini³

Os trabalhos de André Singer (2012) e de Armando Boito Jr. (2018) se destacam no âmbito da ciência política brasileira por buscar os significados das práticas do Partido dos Trabalhadores (PT) e dos governos de Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Rousseff (2011-2016) a partir das relações de classes. De acordo com Singer, a descolagem do “subproletariado” frente aos partidos conservadores e sua adesão ao “lulismo” e ao PT marcam na política brasileira uma clivagem de classes sociais, sob a linguagem de ricos e pobres, em especial nas eleições de 2006 e 2010. Já segundo Armando Boito Jr., que mobiliza as categorias de *classe social* e *frações de classe* como forças sociais influentes na vida política, ao mesmo tempo em que são agregadas e articuladas pelos efeitos das políticas de Estado, a relação entre, de um lado, os governos do PT e, de outro, as classes dominantes, foi caracterizada pela ascensão da “burguesia interna” (termo emprestado de Nicos Poulantzas) e a construção da política “neodesenvolvimentista”,

¹ Professor de Ciência Política na Universidade Federal do Piauí. Pós-doutorado em Sociologia Política pela Universidade de São Paulo. E-mail: farias@ufpi.edu.br

² Doutorando em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas. E-mail: octaviodelpasso@gmail.com

³ Mestranda em Antropologia pela Universidade Estadual de Campinas. E-mail: veronicamonachini@gmail.com

que são políticas de Estado de caráter desenvolvimentistas aplicadas dentro dos limites da política macroeconômica neoliberal. A nossa análise da política de alianças do PT referencia-se, em grande parte, nestas análises de A. Singer e A. Boito Jr.

Durante a transição ao capitalismo industrial no Brasil (1930-1964), o campo da esquerda socialista foi liderado pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), que surgiu filiado à IIIª Internacional Comunista sob a influência do PC da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). No modelo soviético, o Estado era encarregado de controlar a propriedade dos meios de produção e de planificar a economia, em que havia a predominância dos planos centralizados, referindo-se à economia e à cultura. A divisão do trabalho técnico e social foi intensificada, e o partido único se tornou o órgão supremo do aparelho de Estado. Assim, a Internacional Comunista e o PCB estavam comprometidos com uma concepção estratégica que, intervertendo o programa socialista, passou a defender os interesses, por assim dizer, de uma nova classe dominante, a burguesia de Estado.

No entanto, desde sua fundação, em 1922, o PCB manteve uma coerência de objetivos táticos, sustentando, nas condições históricas da sociedade brasileira, um programa de caráter nacional-democrático, e não ainda “socialista”. Embora tenha mudado de método quanto à perseguição dos fins imediatos, adotando em função da conjuntura política uma prática ora insurrecional, ora legalista, o partido propunha viabilizar o desenvolvimento capitalista no país por meio da industrialização em bases privadas e nacionais e de uma ampla reforma agrária contra o latifúndio tradicional.

Mas, durante o processo da industrialização no Brasil, a burguesia industrial não se mostrou favorável à aliança com a classe assalariada. Dada a condição ambígua da fração industrial em dispor de uma base de acumulação própria e, ao mesmo tempo, de depender monetariamente do capital agromercantil, essa fração preferiu voltar as costas à tese do capitalismo nacional-democrático. Como não tinha a força para subordinar no interior do bloco no poder os interesses da economia agromercantil, a liderança industrial aderiu - não sem momentos de hesitação, como na Guerra de 1932 e na deposição do Presidente Getúlio

Vargas em 1954 -, ao compromisso de equilíbrio político, submetendo-se aos governos nacional-desenvolvimentistas. Com o avanço do processo de industrialização, a burguesia industrial passou, todavia, a se organizar para conquista da hegemonia política, viabilizada a partir do golpe civil-militar de 1964.

No processo de abertura democrática, no final da década de 1970, vários fatores convergiram para formação do PT como uma expressão de interdependência entre organização partidária e classe social; primeiro, a emergência do sindicalismo menos subordinado à institucionalidade do Estado; segundo, a mobilização dos movimentos sociais urbanos; terceiro, a renovação do catolicismo tradicional com a Teologia da Libertação e as Comunidades Eclesiais de Base; quarto, a reorganização da militância dos agrupamentos de esquerda socialista. Um dos fatores importantes para o surgimento desta nova força partidária de esquerda foram as consequências da hegemonia da burguesia industrial (SAES, 1990), que elevou as taxas de crescimento econômico, mas sem possibilitar a reprodução ampliada da força de trabalho, ao se beneficiar do regime repressivo do Estado, encadeando condições de emergências das greves de trabalhadores assalariados, como os metalúrgicos, os petroleiros, os eletricitários etc.

O PT nasceu no Brasil como uma manifestação da “nova esquerda” socialista. Reivindicava uma visão crítica da experiência chamada socialista, contrapondo a essa experiência o controle dos meios de produção pelos trabalhadores, o planejamento descentralizado, o pluralismo partidário; e propunha a conquista da direção do Estado burguês com base no programa “democrático-popular”, impulsionado pelos movimentos sindicais e sociais. No intervalo de uma década se tornou a principal força partidária no campo da esquerda brasileira, em razão, em parte, da crise do PCB, provocada pelo golpe civil-militar de 1964, que fez desacreditar o programa “nacional-democrático” e, em outra parte, da ascensão das lutas reivindicativas e de oposição ao regime militar (1964-1985).

As aspirações da maioria eleitoral que deu vitória à candidatura de Lula na eleição de Presidência da República em 2002 foram apresentadas em documentos cujos teores de diretrizes em política econômica e social apontavam medidas como: honrar os contratos e preservar o *superávit*

primário, proteger a produção nacional e reduzir as altas taxas de juros, regular a entrada de capital estrangeiro, incentivar as exportações, proteger o emprego e ampliar as políticas sociais (MARTUSCELLI, 2015). De fato, a política econômica dos primeiros anos do governo Lula assumiu um perfil de transição, combinando a manutenção de medidas de estabilidade monetária com iniciativas nas áreas industrial e social.

Sob a pressão do chamado “risco Lula”, a expectativa de agentes do mercado monetário era a de que continuasse o ataque especulativo da fuga de capitais iniciado durante a campanha eleitoral, mesmo após Lula ter exposto suas intenções de governo na Carta aos Brasileiros. Nesse quadro, o Presidente Lula nomeou uma equipe econômica que tomou medidas conservadoras, como o ajuste fiscal e a reforma da previdência, sob a alegação de evitar os riscos inflacionários. Paralelamente, o reforço das linhas de créditos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), incentivando o investimento produtivo, começou a favorecer a base de apoio ao governo dos grupos industriais, da mesma forma que a reorientação de parte do orçamento do Estado ao reforço de programas sociais o fez em relação aos setores mais pobres da população (SINGER, 2012).

Em seguida, a mudança da equipe econômica, abandonando a orientação conservadora da política econômica e substituindo-a por um modelo de desenvolvimento que articulava crescimento econômico com políticas de distribuição de renda e estabilidade monetária, teria mostrado a “intuição” e o “pragmatismo” do Presidente Lula (SADER, 2013). Os dados apontam um desempenho positivo nos indicadores econômicos e sociais do país. A taxa de inflação decresceu, registrando os índices de 9,3%, em 2003, e 3,1%, em 2006. Ao mesmo tempo, o governo conseguiu reduzir os juros em quase metade; a taxa Selic, que atingiu em maio de 2003 o índice de 26,3%, chegou ao final de 2006 com o índice de 13,2%. Por sua vez, deu-se o aumento gradual do salário mínimo, que passou de R\$ 302 para R\$ 402 no período. Embora os gastos com saúde e educação não tenham progredido na mesma proporção, houve uma ampliação significativa na área de proteção social, que passou do patamar de 13,7% para 20,5%, entre 2003-2006 (MARTUSCELLI, 2015).

Esses resultados foram, em certa medida, produzidos por uma frente de forças sociais e políticas, que conseguiu reverter o padrão de desenvolvimento socioeconômico dos governos anteriores sob a orientação do pensamento neoliberal. Por um lado, a coligação PT (Lula) e PL (José de Alencar) induzia a um acordo tácito das lideranças de trabalhadores – como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) – e setores empresariais nacionais – como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) – em torno de uma nova política de desenvolvimento econômico e social. Em 2005, depois de discussões, a iniciativa governamental comprometia sindicatos, movimentos sociais e associações patronais junto a Agenda Nacional de Desenvolvimento, estruturada em seis eixos: o combate à desigualdade social, a intensificação da logística em infraestrutura, a segurança pública, a justiça, a regulação e a supervisão, a eliminação das desigualdades regionais (BRESSER-PEREIRA; IANONI, 2017).

Por outro lado, iniciativas conjuntas das lideranças empresariais e dos trabalhadores repercutiam no interior do aparelho governamental, como o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), cujo funcionamento envolvia a negociação de patrões e empregados. Diversas medidas legislativas adotadas pelo Congresso Nacional foram originadas em diagnósticos e nas orientações formuladas pelo CDES, como a instituição do Fórum Nacional do Trabalho, a proteção da Micro e Pequena Empresa, a expansão de recursos para Educação Profissional.

A vitória desta nova coalisão política pressupunha dois condicionantes. Em primeiro lugar, o condomínio de interesses no sistema hegemônico entre o segmento de bancos e o segmento industrial do capital nacional; tal equilíbrio de posição deveria se chocar com as diretrizes da política neoliberal – desregulamentação monetária, taxas de juros elevadas, privatizações etc.–, que privilegiavam os interesses do capital financeiro com dominante monetária internacional. Em segundo lugar, os setores empresariais hegemônicos deveriam conceder de fato ganhos para as classes trabalhadoras; isso implicava um novo padrão de política trabalhista e social, que possibilitasse uma reprodução ampliada

da força de trabalho assalariada. Como declarou um dirigente sindical, “era preciso romper flancos no campo adversário e construir alianças. Em reunião do CDES defendi o emprego e o salário para fortalecer o mercado interno como forma de enfrentamento da crise” (SADER, 2013, p. 314).

Em síntese, o PT e a CUT praticaram uma política de aliança de classe, cujos resultados mostraram que no global foram de ganhos reais para os interesses da maioria social, sem deixar de privilegiar os interesses hegemônicos do capital; todos ganharam, mas não na mesma proporção. Afinal, o governo de esquerda ou centro-esquerda se instalou sem revolucionar as estruturas do Estado burguês, que, pelos seus valores e pela sua institucionalidade limitada a tais valores, impõe invariavelmente a convergência da política estatal aos interesses da classe dominante ou da sua fração hegemônica. Mais concretamente, as alianças Lula-Alencar e CUT-FIESP produziram efeitos que ampliaram, de fato, o bem-estar da maioria social, num contexto em que frações da burguesia (multinacionais, grande comércio, bancos estrangeiros) patrocinavam a adoção de políticas regressivas dos direitos sociais; ao mesmo tempo, essas alianças ensejaram a estabilidade política para consecução de um programa neodesenvolvimentista (BOITO JR., 2018).

Um ponto em comum entre as diferentes análises e temáticas dos artigos que compõem este dossiê talvez seja essa questão do compromisso social que envolve os mandatários do grande capital e as lideranças das classes trabalhadoras. Em alguns trabalhos, o ciclo de governos petistas aparece moldado pela prática da “conciliação de classes”, implicando a “cooptação” e a “despolitização” das lideranças das classes trabalhadoras e envolvendo a fração de trabalhadores sub-remunerados, pela sua desorganização de classe, como a base de apoio político-eleitoral.

Essa discussão, a nosso ver, avançaria se levássemos em conta a distinção proposta por André Gorz (1968) entre a reprodução normal da força de trabalho e a sua reprodução ampliada. A expansão da política social voltada aos setores empobrecidos, indaguem, não conteria um sentido de proteção ao desemprego, já que o Programa Bolsa Família possui uma dimensão de renda-mínima? Nesse registro, o Programa não seria em parte uma extensão de condições materiais mínimas, já garantidas a trabalhadores desempregados por outras medidas de proteção social?

De qualquer modo, a generalização da análise do setor pauperizado ao conjunto das classes trabalhadoras não pareceria fundada. A política de aumento real de salários diretos e indiretos (com a expansão do SUS, da escolarização média e superior e outros) estaria dentro da reprodução ampliada da força de trabalho e, neste caso, significaria uma melhoria de suas condições civilizacionais na formação capitalista brasileira.

Em síntese, os governos do PT podem ser entendidos como o segundo ciclo da esquerda brasileira, mas muitas questões ainda permanecem em aberto. A tentativa deste dossiê é contribuir com essa empreitada de pesquisa, e deste modo apresentamos nove artigos, que estão divididos em quatro partes: **(I) A natureza de classe dos governos do PT, (II) A política social nos governos petistas, (III) Os governos petistas e suas relações com o sindicalismo e (IV) A coalizão petista e as instituições políticas.** Aos artigos, soma-se uma resenha.

No primeiro artigo, *Notas sobre as particularidades políticas do governo Lula*, Maria Angélica Paraízo apresenta uma síntese dos argumentos de diversos autores que trabalharam os primeiros anos dos governos petistas e discute as dificuldades em caracteriza-los de modo preciso devido às contradições deles. O texto introduz a temática da representação de classe nos governos Lula e a maneira pela qual esses governos atenderam seletivamente alguns interesses de frações das classes trabalhadoras, interesses funcionais à implantação da aliança de classes que resultou em políticas de Estado neodesenvolvimentistas. A autora argumenta que esse quadro não apresenta uma novidade histórica, como afirmam alguns autores, uma vez que essa é uma função geral do Estado capitalista. Em outros termos, a autora sugere que atender aos interesses de classes e frações de classe dominadas subordinadas ao bloco no poder é funcional ao objetivo de manter as forças sociais que sustentam as classes e frações dominantes como dominantes.

Ainda na primeira parte, Alba Maria Pinho de Carvalho, Natan dos Santos Rodrigues Júnior, Eliana Costa Guerra e Luciana Ribeiro Moura apresentam no segundo artigo, intitulado *Ciclos petistas de ajuste e suas contradições: condições sócio-políticas para o Golpe de 2016*, a maneira pela qual os processos de inserção tardia e dependente do Brasil ao capitalismo

financeirizado dão a tônica do ajuste estrutural brasileiro. O artigo oferece um panorama desses processos referentes às décadas de 1990, 2000 e 2010, o que contribui para que as/os autoras/es realizem uma síntese dos anos petistas a frente do governo federal e a “conciliação de classes” que neles predominou, estendendo sua abordagem até a crise brasileira contemporânea, que gestou as condições sócio-políticas para a ascensão da extrema direita ao governo federal do país.

Na segunda parte, **A política social nos governos petistas**, três exemplificam como os governos petistas desenvolveram as políticas da assistência social e educacional. Em *Trajatória do CadÚnico durante o Ciclo Petista – 2003 a 2016*, Luciana de Farias discute como o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) – criado nos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) – se aperfeiçoou e se consolidou na gestão de Lula da Silva. A autora realiza uma eficiente análise dos arranjos institucionais que permitiram, entre 2003 e 2016, a expansão e consolidação desse Programa. Já o artigo *A educação profissional na agenda do lulismo: visibilidade e limitações de interesses corporativos*, assinado por Remi Castioni, Denise Silva e Gustavo Moraes, sugere que a educação profissional assumiu importância singular nos governos petistas. Os autores demonstram que houve uma expansão e uma interiorização da educação profissional realizada a partir do Ministério da Educação (MEC) durante os 13 anos de governos do PT. O argumento principal é o de que essa expansão é caracterizada pela marca do desenvolvimentismo e o seu maior símbolo são os Institutos Federais. Encerrando a série de artigos que trata das políticas sociais, encontramos o texto de Jairo da Silva e Silva, *A expansão do ensino superior na Amazônia brasileira durante o ciclo petista*. O artigo procura mostrar o significado e o impacto positivo que os governos petistas tiveram no ensino superior na Amazônia.

Outros três artigos compõem a terceira parte deste dossiê: **Os governos petistas e sua relação com o sindicalismo**. Cauê Vieira Campos aborda a relação estabelecida entre a cúpula do sindicalismo brasileiro e os governos de Lula e de Dilma no artigo *Movimento Sindical nos governos petistas*. O autor apresenta os sindicatos, mais do que meros agentes reativos às medidas dos governos petistas, como construtores ativos desses

governos. Mais especificamente, observa-se como ocorreu na prática a institucionalização do sindicalismo em decorrência da aliança de classes, já tratada por nós nesta apresentação. Danilo Lucena Mendes, em *A ação sindical petroleira nos governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016)*, oferece às/aos leitoras/es uma análise da ação da Federação Única dos Petroleiros (FUP) durante o ciclo petista de Governo Federal, argumentando que esses governos absorveram o posicionamento político da cúpula dos trabalhadores representados por essa Federação. Encerrando a exposição desta terceira parte, Francisco Prandi Mendes de Carvalho apresenta o papel desempenhado pelo sindicalismo na crise política de 2015. A hipótese indicada pelo autor no artigo *As centrais sindicais e a crise política (2015 – 2017): hipóteses para uma investigação*, é a de que a destituição de Dilma Rousseff teria unificado as diversas correntes sindicais em torno de bandeiras de luta e não de táticas e estratégias. Esse fato seria indicado pelo autor como um avanço, uma vez que diante do processo de *impeachment* de Dilma tais correntes teriam se dividido.

Por fim, encerrando este dossiê encontramos a quarta parte **A coalizão petista e as instituições políticas**, composta pelo artigo de Fabiano da Silva Pereira e Bruno de Castro Rubiatti, que trata da relação entre os poderes executivo e legislativo, mais especificamente os custos do Executivo para que suas pautas fossem aprovadas pelo Legislativo. Em *Relação executivo-legislativo no presidencialismo de coalizão brasileira: o poder de agenda do governo Dilma Rousseff (2011-2016)*, os autores analisam as diversas Propostas de Emenda Constitucional (PEC), Projetos de Lei (PL) e Projetos de Lei Complementar (PLC), e chegam a conclusão de que o desfecho do segundo governo Dilma não ocorreu por um problema de desenho institucional, já que não houve paralisia decisória do governo durante esse mandato. Para os autores, o problema seria, mais precisamente, a estratégia dos atores políticos que optaram em tomar posições que redundaram em uma menor cooperação entre os poderes executivo e legislativo. Diante do quadro que apresentamos nas páginas anteriores, que evidencia diversas contradições e uma complexidade em termos de política extra-partidária, as/os leitoras/es podem se questionar se apenas a estratégia de atores políticos que jogam na arena institucional

seria suficiente para derrubar um Presidente que comanda um Executivo tão poderoso como o brasileiro. No entanto, ao dispor de elementos de análise institucionais e não institucionais, as/os leitoras/es estarão mais próximas/os de uma resposta matizada para fenômenos complexos, ainda mais neste caso em que mal começamos a digerir os fatos.

O último manuscrito que compõe esse dossiê dedicado à análise do Ciclo Petista a partir das Ciências Sociais é a resenha de Leonardo Octavio Belinelli de Brito, que apresenta a obra *Caminhos da esquerda – elementos para uma reconstrução*, de Ruy Fausto. Lançado pela Companhia das Letras em 2017, a resenha mostra que se trata de uma obra que merece ser estudada para compreender os fenômenos recentes da vida social e política brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOITO JR., A. *Reforma e crise política: os conflitos de classe nos governos do PT*. Campinas: Unicamp, 2018.
- BRESSER-PEREIRA, L. C.; IANONI, M. Class coalitions in a new democracy: the case of Brazil. In: MAGARA, H. & AMABLE, B. (orgs). *Growth, crisis, democracy: the political economy of social coalitions and policy regime change*. London and New York: Routledge, 2017.
- GORZ, A. *Estratégia operária e neocapitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- MARTUSCELLI, D. *Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil*. Curitiba: CRV, 2015.
- SADER, E. (org.). *Dez anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- SAES, D. Estado e classes sociais no capitalismo brasileiro dos anos 70/80. *Primeira versão*, n. 2, Campinas: IFCH-Unicamp, 1990.
- SINGER, A. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.